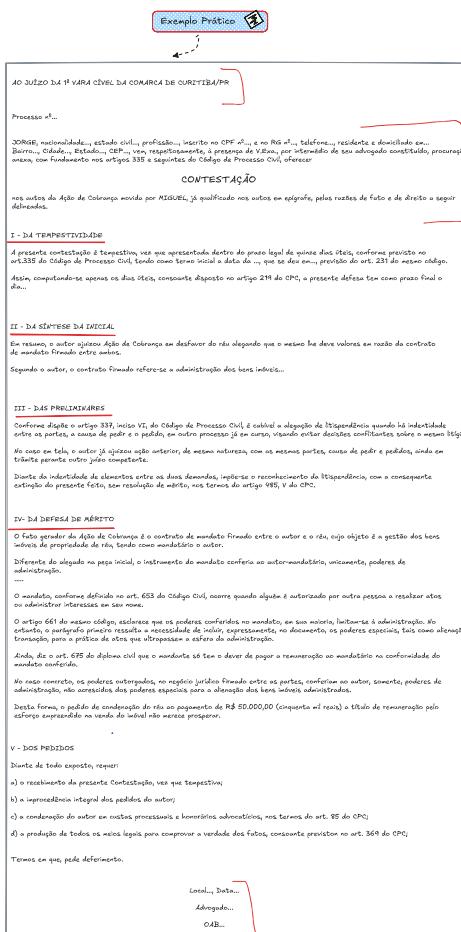


## CONTESTAÇÃO



## Silogismo jurídico

**or** Conforme dispõe o artigo 337, inciso VI, do Código de Processo Civil, é cabível a alegação de litigiosidade quando há indenidade entre as partes, a causa de pedir e o pedido, em outro processo já em curso, visando evitar decisões conflitantes sobre o mesmo litígio.

No caso em tela, o autor já ajuizou ação anterior, de mesma natureza, com as mesmas partes, causa de pedir e pedidos, ainda em trâmite perante outro juízo competente.

Dante da identidade de elementos entre as duas demandas, impõe-se o reconhecimento da litispendência, com a consequente extinção do presente feito, sem resolução de mérito, nos termos do artigo 485, V do CPC.

PRESTA ATENÇÃO!!!

Table 1. Estimated mean values.

Item	PONTUAÇÃO
1. A área de deves deve ser apresentada porente o julgo a este dia de distribuição, à Vara da Cidade de Curitiba (0,10).	0,10
2. <b>Temperatura:</b>	
a) Indicação da temperatura de pouso e decolagem dentro de 25 dias (0,10), na forma da Anexa 3 CPC (0,10).	0,10
3. <b>Funerário:</b>	
a) Indicação da morte do falecido, na forma da Anexa 4 CPC (0,10), na forma da Anexa 5 CPC (0,10).	0,10
4. Demonstrar que os pedidos para outras espécies impõem outras pedidas de prova, que devem ser feitas no momento da competência (0,10).	0,10
5. Destacar que para aliviar as imposições de dependência de provas pode ser feita a prova de que o fato é de menor gravidade (0,10).	0,10
6. Destacar que para exercer competência necessária é necessário que o fato seja de menor gravidade (0,10), e que a competência relativa aquele em que não se praticou (0,10), ou medir que não houve ratificação da prova (0,10) (0,10), ou formar de 0,60 a 0,80.	0,10
7. Destacar que não é de todo decretar o prazo para pagamento das aras quando o falecido é de menor idade (0,10), ou quando o falecido é menor de 18 anos (0,10), ou quando o falecido é menor de 16 anos (0,10), ou quando o falecido é menor de 14 anos (0,10).	0,10
8. Destacar que não é de todo decretar o prazo para pagamento das aras quando o falecido é menor de 18 anos (0,10), ou quando o falecido é menor de 16 anos (0,10), ou quando o falecido é menor de 14 anos (0,10).	0,10
9. Destacar que não é de todo decretar o prazo para pagamento das aras quando o falecido é menor de 18 anos (0,10), ou quando o falecido é menor de 16 anos (0,10), ou quando o falecido é menor de 14 anos (0,10).	0,10
10. Impedimento das pedidas feitas no inicial (0,10), na forma da Anexa 4 CPC (0,10).	0,10
11. Condenação em cotação desproporcional (0,10).	0,10
12. Condenação em honorários de sucumbência (0,10).	0,10